

CLAUDIA
SAFATLE

Política "moderna" ou nostalgia

A redução a zero do Imposto de Importação sobre alguns componentes de bens de informática, associada à desoneração do PIS/Cofins para as indústrias do setor que já operam no país, são algumas das medidas propostas pelo Ministério do Desenvolvimento como incentivos à substituição da importação pela produção interna de computadores. A sugestão ainda não foi aprovada pelo Palácio do Planalto.

Paralelamente a isso, o governo destinaria todo o seu poder de compra nessa área para aquisição de PC no mercado nacional. Por exemplo, os 280 mil computadores que o Ministério da Educação pretende colocar nas escolas públicas passariam a ser comprados das empresas que produzem no mercado doméstico, sejam elas nacionais ou estrangeiras.

Esse é apenas um exemplo do que os defensores de uma política ativa de substituição de importação — como instrumento de redução da chamada vulnerabilidade externa — citam como algo "moderno" e acham que nada teria de semelhança com a mal falada política industrial do passado.

A discussão sobre uma política de substituição de importação está na pauta de debate de todos os candidatos à sucessão presidencial. Do PT de Luiz Inácio Lula da Silva ao PSDB de Tasso Jereissati e José Serra e do PPS que patrocina a candidatura de Ciro Gomes, todos convergem para propostas de maior intervenção do Estado. No governo Fernando Henrique Cardoso, desde o primeiro mandato, esse foi um tema de embate permanente. A rigor, a divergência hoje não é sobre "se" há ou não a necessidade de alavancar as exportações, gerar saldos comerciais, reduzir o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos e, portanto, diminuir a chamada vulnerabilidade externa. O que houve e ainda há, é um conflito de posições sobre "como" fazê-lo.

Para a equipe econômica, qualquer iniciativa estatal nesse campo é tida como "volta ao passado de farta de distribuição de incentivos e subsídios para alguns em detrimento de outros". Significa dar poder ao governo do momento de escolher os "vencedores" e decretar os "perdedores".

A posição encabeçada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, sempre foi de atribuir ao Estado a tarefa de fornecer as pré-condições, de maneira horizontal e abrangente, para que o mercado encontre o seu caminho. Qualquer intervenção do governo para beneficiar este

ou aquele setor com medidas fiscais e creditícias específicas — o que, a rigor, ainda existe — é vista como um ato distributivo perverso. Isso não mudou e é praticamente impossível que o ministro do Desenvolvimento, Sérgio Amaral, ainda que quisesse muito (o que não parece ser o caso) consiga mudar.

Até agora, os possíveis candidatos à presidência defenderam a necessidade de

Proposta une esquerda e empresariado nacional

uma política industrial voltada para a substituição de importação como forma de reduzir a dependência do país ao capital externo. Nenhum explicitou, porém, como pretende imprimir essa política, a que preço, que setores poderiam ser beneficiados e, mais importante de tudo, quem paga.

Há anos os diversos ministros que passaram pela pasta do Desenvolvimento apontam o setor de eletroeletrônicos como uma das áreas onde seria mais urgente a criação de incentivos para que as empresas que exportam para o Brasil se instalem aqui, reduzindo, com isso, um déficit de cerca de US\$ 8 bilhões na balança setorial. Essa sugestão, que vai e volta, tem forte oposição da Fazenda e do Banco Central por se enquadrar justamente dentro dos parâmetros que a equipe econômica rejeita, por entender que traria como resultado o aumento da proteção efetiva à indústria de informática local, com alto risco de esta produzir "carroças".

Se a proposta de redução da tarifa de importação para componentes de PC, conforme relatada pelo secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Benjamin Sicsú, em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", for aprovada pelo presidente da República, poderia ser a primeira a puxar "uma fila de outras sugestões dessa mesma natureza", comenta um assessor que concorda com a medida.

Se depender da equipe econômica, a proposta não passa. A não ser que ela vá além e patrocine uma redução geral das tarifas de importação, não só para alguns componentes, mas para tudo, inclusive para o produto final. Aliás, essa é uma linha de defesa do comando da área econômica: ao invés de criar proteções efetivas para alguns setores industriais, às custas do manejo arbitrário da alíquota do imposto de importação, cuja variância vai de zero a 35%, o melhor seria promover um aprofundamento da abertura comercial, através da redução das tarifas de importação.

Isso representaria, no setor de informática, permitir o acesso ao que há de mais moderno no mundo da tecnologia de informação e de comunicação, com conseqüentes ganhos de produtividade para a indústria instalada no país. Esse, portanto, não é um assunto trivial e estranhamente consegue produzir uma singular união da esquerda com o empresariado nacional. As propostas dos eventuais candidatos à sucessão presidencial são ainda generalistas e trazem, pelo menos aparentemente, um sabor nostálgico. Pregar proteção a um setor da economia significa que outros ficarão desprotegidos. Não se trata de uma questão técnica, de decisão exclusiva de especialistas, e sim de uma política que afeta a todos. Deverá, portanto, estar bem explicada nos programas dos candidatos para ser decidida no voto.